

UNIDADE AVANÇADA DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS - FÓZ DO IGUAÇU

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2014 - UASG 443048

Nº Processo: 02153000018201405.

INEXIGIBILIDADE Nº 1/2014. Contratante: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. CNPJ Contratado: 8250843300017. Contratado: COMPANHIA CATARIENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CASAN. Objeto: Contratação da CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, para prestação de forma contínua, dos serviços de abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto sanitário para atender a RESEX Pirajubá. Fundamento Legal: Art. 25, caput da Lei nº 8.666/93. Vigência: a partir de 07/05/2014, com data final indeterminada, conforme Orientação Normativa AGU nº 36, de 13/12/2011. Valor Total: R\$7.080,00. Fonte: 250443032 - 2014NE800314. Data de Assinatura: 02/05/2014.

(SICON - 12/05/2014) 443033-44207-2014NE800491

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS
E AMBIENTE URBANO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2012 - Processo nº 02000.001982/2012-43. Contratante: Ministério do Meio Ambiente, CNPJ nº 37.113.375/0001-07, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, CNPJ nº 37.113.375/0003-79; Contratada: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA; CNPJ nº 00.038.174/0001-43; Objeto: Prorrogação de prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 001/2012 até dia 31/12/2014. Assinam: Ney Maranhão, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, CPF nº 027.889.007-59 e Ivan Marques de Toledo Carvalho, Presidente-FUB, CPF nº 210.411.481-00; Local e Data de Assinatura: Brasília, 30 de abril de 2014.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 9/2014 - UASG 440075

Nº Processo: 02209007293201459.

DISPENSA Nº 14/2014. Contratante: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - CNPJ Contratado: 09267406000100. Contratado: VIAN SEGURANÇA PRIVADA LTDA - Objeto: Prestação de serviços de vigilância armada. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Vigência: 06/05/2014 a 01/11/2014. Valor Total: R\$238.859,76. Data de Assinatura: 06/05/2014.

(SICON - 12/05/2014) 440075-00001-2014NE800151

Ministério do Planejamento,
Orçamento e GestãoSECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE PENALIDADE

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, torna público que foram aplicadas à empresa Star do Brasil Informática Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 72.643.943/0001-43, as seguintes sanções administrativas: 1) multa pecuniária de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato Administrativo nº 88/2007, com fundamento no Parágrafo Primeiro da Cláusula Nona do contrato e inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, perfazendo o valor de R\$19.513,00 (dezenove mil, quinhentos e treze reais); 2) multa pecuniária de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor global do Contrato Administrativo nº 87/2010, com base na alínea "d" do item 1 e item 2.2, ambos da Cláusula Décima Sétima do contrato e inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, perfazendo o valor de R\$ 9.852,40 (nove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos); e 3) impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 4 (quatro) anos, contados a partir da data desta publicação, com espeque no Parágrafo Quinto da Cláusula Nona do Contrato Administrativo nº 88/2007; alínea "f" do item 1 da Cláusula Décima Sétima do Contrato Administrativo nº 87/2010 e art. 7º da Lei nº 10.520/2002. As sanções administrativas decorrem das irregularidades perpetradas na execução dos serviços avançados nos Contratos Administrativos nº 88/2007 e nº 87/2010, firmados entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP e a empresa Star do Brasil Informática Ltda., conforme informações constantes do Processo Administrativo nº 03110.003736/2014-94. Fica a empresa Star do Brasil Informática Ltda. notificada quanto à inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, a qual será realizada no prazo de 75 (setenta e cinco) dias, contados a partir da data desta publicação, nos termos do que dispõe o art. 2º, §2º, da Lei nº 10.522/2002, caso não sejam adimplidos os valores pertinentes às penalidades pecuniárias aplicadas no âmbito do processo administrativo nº 03110.003736/2014-94.

ANA CLÉCIA SILVA GONÇALVES DE FRANÇA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032014051300240

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE CAPACITAÇÃO, AVALIAÇÃO,
CARGOS E CARREIRAS
DIVISÃO DE CAPACITAÇÃOEXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 11/2014 - UASG 201005

Nº Processo: 03090.000328/2014. Objeto: Trata do pedido da Consultoria Jurídica CONJUR/MP para capacitar seus servidores Alessandra Matos de Araújo, Diogo Queiroz Oliveira, Hugo Teixeira Montezuma Sales, Juliana Corbacho Neves dos Santos, Luiza Filizola de Rezende Lana e Rodrigo Moura Duarte, no evento Curso de Direito Americano/Comparado em Inglês - Módulo 1, previsto para 6 de maio a 23 de dezembro de 2014, em Brasília/DF, e apresentada nova data de início para 13 de maio, permanecendo a data final de 23 de dezembro de 2014. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Capacitação de servidor Declaração de Inexigibilidade em 12/05/2014. AYALA DO CARMO TÂNIO NEMER. Coordenadora Geral de Gestão de Pessoas. Ratificação em 12/05/2014. ANA CLECIA SILVA GONÇALVES DE FRANÇA. Diretora de Administração. Valor Global: R\$ 11.200,00. CNPJ CONTRATADA : 15.813.606/0001-13 FREDERICK MARIO MASON 08469483897. (SIDE - 12/05/2014) 201004-00001-2014NE800101

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL
DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICAEXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 52/2014 - UASG 114702

Nº Processo: 04600000842201467. Objeto: Contratação de docente para ministrar o curso Gestão Estratégica do Orçamento, no período de 20, 21, 22, 23 e 28/05/2014, no horário das 08h30 às 12h30 e livre, ocorrerá na ENAP. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Contratação de docente Declaração de Inexigibilidade em 07/05/2014. CLAUDIA ANTICO. Coord. Geral. Ratificação em 09/05/2014. ALIA VANESSA DAVID DE OLIVEIRA SOUSA. Valor Global: R\$ 3.040,00. CPF CONTRATADA : 007.077.160-04 JAMES GIACOMONI.

(SIDE - 12/05/2014) 114702-11401-2014NE800002

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO
DE INFORMAÇÕESEXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 1/2014 - UASG 114637

Nº Processo: 03605000683201498. Objeto: Montagem/Locação de stand, mobiliário e equipamentos para participação do IBGE no evento MUNDO GEO. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Empresa exclusiva. Declaração de Inexigibilidade em 05/05/2014. DAVID WU TAI. Coordenador Geral do Cddi. Ratificação em 06/05/2014. WARMALIA SOCORRO BARATA BIVAR. Presidente do Ibge. Valor Global: R\$ 23.952,00. CNPJ CONTRATADA : 06.275.442/0001-27 EDITORA NUNDO GNP LTDA - EPP.

(SIDE - 12/05/2014) 114629-11301-2014NE800001

DIRETORIA EXECUTIVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2014 - UASG 114601

Número do Contrato: 34/2011.

Nº Processo: 03604007546201061.

PREGÃO SIAPP Nº 18/2011. Contratante: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRAS DE GEOGRAFIA-E ESTATÍSTICA IBGE. CNPJ Contratado: 05366444000169. Contratado: R.V. IMOLA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA. Objeto: Constitui objeto do presente aditamento a prorrogação contratual, bem como o reajuste do valor contratual. Fundamento Legal: Art. 57, II c/c + 2º da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Oitava do contrato. Vigência: 04/05/2014 a 03/05/2015. Valor Total: R\$159.238,56. Fonte: 100000000 - 2014NE800139. Data de Assinatura: 02/05/2014.

(SICON - 12/05/2014) 114629-11301-2014NE800001

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 114601

Número do Contrato: 48/2013.

Nº Processo: 03604007542201325.

CONVITE Nº 3/2013. Contratante: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRAS DE GEOGRAFIA-E ESTATÍSTICA IBGE. CNPJ Contratado: 12382858000147. Contratado: C & R COMERCIO E SERVIÇO DE INSTALACAO E MANUTENCAO EM. Objeto: Constitui objeto do presente aditamento o acréscimo de 05,645% no valor do contrato, com suas alterações posteriores. Vigência: 12/05/2014 a 02/07/2014. Valor Total: R\$3.832,44. Fonte: 100000000 - 2014NE800333. Data de Assinatura: 12/05/2014.

(SICON - 12/05/2014) 114629-11301-2014NE800001

UNIDADE ESTADUAL NO MARANHÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2014 - UASG 114608

Nº Processo: 03621000921201386.

INEXIGIBILIDADE Nº 5/2014. Contratante: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRAS DE GEOGRAFIA-E ESTATÍSTICA IBGE. CNPJ Contratado: 06272793000184. Contratado: COMPANHIA ENERGÉTICA DO - MARANHÃO-CEMAR. Objeto: Prestação de serviços públicos essenciais para fornecimento de energia elétrica para todas as unidades do IBGE. Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Vigência: a partir de 13/05/2014, com data final indeterminada, conforme Orientação Normativa AGU nº 36, de 13/12/2011. Valor Total: R\$104.756,43. Fonte: 100000000 - 2014NE800224. Data de Assinatura: 12/05/2014.

(SICON - 12/05/2014) 114629-11301-2014NE800001

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2014 - UASG 114608

Nº Processo: 03621000927201353.

INEXIGIBILIDADE Nº 12/2014. Contratante: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRAS DE GEOGRAFIA-E ESTATÍSTICA IBGE. CNPJ Contratado: 06429229000122. Contratado: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO-DE TIMON. Objeto: Prestação de serviços de abastecimento de águas e esgotos prestados pelo serviço autônomo de águas e esgotos - saae de Timon. Fundamento Legal: Artigo 25, caput, Lei 8666/93 Vigência: a partir de 10/04/2014, com data final indeterminada, conforme Orientação Normativa AGU nº 36, de 13/12/2011. Valor Total: R\$635,50. Fonte: 100000000 - 2014NE800202. Data de Assinatura: 10/04/2014.

(SICON - 12/05/2014) 114629-11301-2014NE800001

UNIDADE ESTADUAL EM MINAS GERAIS
DIVISÃO DE PESQUISAS DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 9/2014 - UASG 114618

Nº Processo: 03631002908201342.

PREGÃO SIAPP Nº 3/2014. Contratante: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRAS DE GEOGRAFIA-E ESTATÍSTICA IBGE. CNPJ Contratado: 33530486000129. Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. EMBRATEL. Objeto: Prestação de serviço telefônico fixo comutado local para a operacionalização das ligações locais do IBGE (fixo-fixo e fixo-móvel), originadas dos PABX existentes na cidade de Belo Horizonte, - Minas Gerais, com fornecimento de infraestrutura digital para acesso do PABX da UEMG à Central Pública e serviço de discagem direta a ramal (DDR). Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002 e Decreto 5.450/2005 e Lei 8666/93. Vigência: 01/05/2014 a 01/05/2015. Valor Total: R\$51.140,88. Fonte: 100000000 - 2014NE800555. Data de Assinatura: 30/04/2014.

(SICON - 12/05/2014) 114629-11301-2014NE800001

UNIDADE ESTADUAL EM SERGIPE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 114616

Número do Contrato: 2/2013.

Nº Processo: 03628000371201254.

PREGÃO SIAPP Nº 2/2013. Contratante: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRAS DE GEOGRAFIA-E ESTATÍSTICA IBGE. CNPJ Contratado: 14768911000178. Contratado: HIGICLEAN TECNOLOGIA EM - HIGIENIZACAO E CONSERVACAO LTDA. Objeto: Prorrogação de vigência do Contrato de prestação de serviços de limpeza e conservação por 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Vigência: 29/04/2014 a 29/04/2015. Valor Total: R\$50.580,72. Fonte: 100000000 - 2014NE800033. Data de Assinatura: 29/04/2014.

(SICON - 12/05/2014) 114629-11301-2014NE800001

SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

COMUNICADO Nº 2, DE 13 DE MAIO DE 2014

O Secretário Executivo da Comissão de Financiamentos Externos (COFIE), no uso de suas atribuições, faz saber as Recomendações endossadas pela Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão:

autorizar a obtenção de cooperação financeira não-reembolsável, nos seguintes termos:

1. Nome: Coordenação FIP
2. Donatário: República Federativa do Brasil
3. Executor: Ministério do Meio Ambiente - MMA
4. Entidade Doadora: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD/FIP
5. Valor da Doação: pelo equivalente a até US\$ 1.000.000,00

Ressalva(s):
a) A obtenção da referida cooperação não implica compromisso da Comissão em aprovar projeto ou programa com financiamento externo dela resultante.

autorizar, com a(s) ressalva(s) estipulada(s), a preparação do Programa/Projeto, nos seguintes termos:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Nome: PIAUÍ - PILARES DE CRESCIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL (SWAp)

2. Mutuário: Estado do Piauí
3. Garantidor: República Federativa do Brasil
4. Entidade Financiadora: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD
5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 120.000.000,00
6. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 1.111.614.329,00

Ressalva(s):
a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional; e
b) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal.

1. Nome: Programa de Desenvolvimento Turismo Sustentável no Estado do Tocantins PRODETUR
2. Mutuário: Estado do Tocantins
3. Garantidor: República Federativa do Brasil
4. Entidade Financiadora: Corporação Andina de Fomento - CAF

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 72.000.000,00
6. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 48.000.000,00

Ressalva(s):
a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional; e
b) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal.

1. Nome: Programa de Fortalecimento da Segurança Cidadã
2. Mutuário: Estado de Minas Gerais
3. Garantidor: República Federativa do Brasil
4. Entidade Financiadora: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 70.000.000,00

6. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 7.000.000,00
Ressalva(s):
a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal.

1. Nome: PROGRAMA DE INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DA BAHIA 2.ª Etapa

2. Mutuário: Estado da Bahia
3. Garantidor: República Federativa do Brasil
4. Entidade Financiadora: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 400.000.000,00

Ressalva(s):
a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional.

1. Nome: Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia - PREMAR - 2.ª Etapa
2. Mutuário: Estado da Bahia
3. Garantidor: República Federativa do Brasil
4. Entidade Financiadora: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 200.000.000,00

6. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 100.000.000,00

Ressalva(s):
a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal.

1. Nome: PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS

2. Mutuário: Estado do Tocantins
3. Garantidor: República Federativa do Brasil
4. Entidade Financiadora: China Development Bank Corporation

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 99.450.000,00

6. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 17.550.000,00

Ressalva(s):
a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal.

1. Nome: Atualização Tecnológica de Sistemas de Tratamento de Esgoto e de Resíduos de Tratamento de Água para aumentar a Eficiência Energética e a Eficiência dos Processos de Tratamento
2. Mutuário: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA

3. Garantidor: República Federativa do Brasil

4. Entidade Financiadora: KfW Entwicklungsbank

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até € 30.000.000,00

6. Valor da Contrapartida: no mínimo de € 6.000.000,00

Ressalva(s):
a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal.

1. Nome: Financiamento de Investimentos Previstos no Programa de Governo e no Orçamento Participativo

2. Mutuário: Município de Belo Horizonte - MG

3. Garantidor: República Federativa do Brasil

4. Entidade Financiadora: Banco do Brasil Aktiengesellschaft - Viena

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 200.000.000,00

6. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 200.000.000,00

Ressalva(s):
a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal.

1. Nome: PROEMEM - PROJETO EXPANSÃO E MELHORIA EDUCACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE MANAUS

2. Mutuário: Município de Manaus - AM

3. Garantidor: República Federativa do Brasil

4. Entidade Financiadora: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 104.000.000,00

6. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 104.000.000,00

1.ª Fase

1. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 52.000.000,00

2. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 52.000.000,00

2.ª Fase

1. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 52.000.000,00

2. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 52.000.000,00

Ressalva(s):

a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal; e

c) A negociação da 2ª fase estará condicionada a que o mutuário, após comprovar à SEAIN o desembolso de 50% e o comprometimento de 75% dos recursos do empréstimo, envie nova carta consulta referente à 2ª fase do Projeto e apresente os resultados da 1.ª fase ao Grupo Técnico - GTEC.

1. Nome: Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Londrina

2. Mutuário: Município de Londrina - PR

3. Garantidor: República Federativa do Brasil

4. Entidade Financiadora: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 21.450.000,00

6. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 21.450.000,00

Ressalva(s):
a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal.

1. Nome: Programa de Fortalecimento de Inclusão Social e Redes de Atenção - PROREDES Fortaleza

2. Mutuário: Município de Fortaleza - CE

3. Garantidor: República Federativa do Brasil

4. Entidade Financiadora: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 130.950.000,00

6. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 130.950.000,00

1.ª Fase

1. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 65.475.000,00

2. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 65.475.000,00

2.ª Fase

1. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 65.475.000,00

2. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 65.475.000,00

Ressalva(s):

a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal; e

c) A negociação da 2ª fase estará condicionada a que o mutuário, após comprovar à SEAIN o desembolso de 50% e o comprometimento de 75% dos recursos do empréstimo, envie nova carta consulta referente à 2ª fase do Projeto e apresente os resultados da 1.ª fase ao Grupo Técnico - GTEC.

1. Nome: Programa de Modernização e Humanização da Saúde - Fase II

2. Mutuário: Município de São Bernardo do Campo - SP

3. Garantidor: República Federativa do Brasil

4. Entidade Financiadora: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 80.050.000,00

6. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 80.050.000,00

Ressalva(s):

a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal.

1. Nome: Programa de Requalificação Urbana da Região Oeste de Aracaju - Construindo para o Futuro

2. Mutuário: Município de Aracaju - SE

3. Garantidor: República Federativa do Brasil

4. Entidade Financiadora: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 132.000.000,00

6. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 132.000.000,00

Ressalva(s):

a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional; e

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



b) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal.

1. Nome: Programa de Valorização e Ampliação da Infraestrutura e Atividade Turística de Fortaleza
2. Mutuário: Município de Fortaleza - CE
3. Garantidor: República Federativa do Brasil
4. Entidade Financiadora: Corporação Andina de Fomento - CAF

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 250.000.000,00

6. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 250.000.000,00

1ª Fase

1. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 125.000.000,00

2. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 125.000.000,00

2ª Fase

1. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 125.000.000,00

2. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 125.000.000,00

Ressalva(s):
a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional;

b) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal; e

c) A negociação da 2ª fase estará condicionada a que o mutuário, após comprovar a SEAIN o desembolso de 50% e o comprometimento de 75% dos recursos do empréstimo, envie nova carta consulta referente à 2ª fase do Projeto e apresente os resultados da 1ª fase ao Grupo Técnico - GTEC.

1. Nome: Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador

2. Mutuário: Município de Salvador - BA

3. Garantidor: República Federativa do Brasil

4. Entidade Financiadora: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 52.512.340,00

6. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 52.512.340,00

Ressalva(s):

a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal.

1. Nome: Projeto Melhoria da Qualidade de Vida e da Gestão Municipal de Teresina - Programas Lagos do Norte - Etapa II

2. Mutuário: Município Teresina - PI

3. Garantidor: República Federativa do Brasil

4. Entidade Financiadora: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 80.000.000,00

6. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 80.000.000,00

Ressalva(s):

a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal.

autorizar, em substituição à Recomendação COFEX n.º 06/0102, datada de 28 de junho de 2013, com a(s) ressalva(s) estipulada(s), a preparação do Programa/Projeto, nos seguintes termos:

1. Nome: Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado do Amazonas

2. Mutuário: Estado do Amazonas

3. Garantidor: República Federativa do Brasil

4. Entidade Financiadora: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032014051300240

5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 36.900.000,00

6. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 4.100.000,00

Ressalva(s):

a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal.

JOÃO GUILHERME ROCHA MACHADO

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

EXTRATO DE RENÚNCIA DE DÍVIDA

Processo nº: 04921.000917/2010-53

Interessado: Enéias Nazareth

Proprietária: União

Objeto: Termo de Remissão de Dívida de imóvel da extinta RFFSA, situado na Rua Noroeste, 494, no município de Maracaju/MS, que considera extinta a obrigação do devedor, referente às parcelas vencidas, decorrentes do Contrato de Compra e Venda, vinculados ao contrato SARP nº A-BR-5082-J

Fundamento legal: Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, e Portaria SPU/MP nº 200 de 29/06/2010.

Assinatura do termo: 28 de Abril de 2014.

Ministério do Trabalho e Emprego

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 UASG 380918

Número do Contrato: 41/2012.

Nº Processo: 46130000074201211.

PREGÃO SRP Nº 180/2011. Contratante: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. CNPJ Contratado: 0227205000144.

Contratado: VERT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA-Objeto: Prorrogar o prazo de vigência para o período de 18/04/2014 a 19/03/2015. Alteração de Cláusula e reajuste em aproximadamente 5,46476% Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 18/04/2014 a 19/03/2015. Valor Total: R\$128.594,27. Valor: 176038204 - 2014NE800395. Data de Assinatura: 17/04/2014.

(SICON - 12/05/2014) 380018-00001-2014NE800003

FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO, DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2014 UASG 264001

Nº Processo: 264001573/2013-39.

INEXIGIBILIDADE Nº 11/2014. Contratante: FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO - DE SEG E MED DO TRABAL. CNPJ Contratado: 33402892000106. Contratado: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS - TECNICAS ABNT. Objeto: Prestação de serviços especializados de visualização, atualização, impressão e gerenciamento de uma coleção de normas técnicas ABNT e Mercosul via web que celebram entre si a Fundação Jorge Duprat de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTR, a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Fundamento Legal: Art.25º, Caput da Lei nº8666/93. Vigência: 05/05/2014 a 04/05/2015. Valor Total: R\$8.918,49. Fonte: 100000000 - 2014NE800203. Data de Assinatura: 05/05/2014.

(SICON - 12/05/2014) 264001-26201-2014NE800032

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2014 - UASG 264001

Nº Processo: 491/2012. Objeto: Manutenção preventiva e corretiva em equipamento de teste de filtros para material particulado Certitest, Modelo 8130, Marca TSI. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso V da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Os equipamentos necessitam passar por manutenção preventiva e corretiva.

Declaração de Dispensa em 17/01/2014. JULIANA CANOVA. Procuradora - Federal. Ratificação em 08/05/2014. MARIA AMELIA GOMES DE SOUZA REIS. Presidente. Valor Global: R\$ 18.620,00. CNPJ CONTRATADA : 29.341.583/0001-04 ENERGETICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

(SIDEV - 12/05/2014) 264001-26201-2014NE800032

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

EXTRATOS DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00004/2014 ao Convênio Nº 775990/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Unidade Gestora: 380908, Gestão: 00001. Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. CNPJ nº 05.465.167/0001-41. P.I.127/2008, art. 30, VI. Valor Total: R\$ 1.112.000,00. Valor de Contrapartida: R\$ 112.000,00. Vigência: 28/12/2012 a 31/05/2014. Data de Assinatura: 29/04/2014. Assina: Pelo MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MIN. DO TRABALHO / SILVANI ALVES PEREIRA- SECRETARIO DE POLITICAS PUBLICAS DE EMPREGO/SUBST.

(SICONV(PORTAL) - 12/05/2014)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00004/2014 ao Convênio Nº 775990/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Unidade Gestora: 380908, Gestão: 00001. Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E EMPREGO E RENDA - SETER. CNPJ nº 15.296.817/0001-26. P.I.127/2008, art. 30, VI. Valor Total: R\$ 358.000,00. Valor de Contrapartida: R\$ 18.000,00. Vigência: 28/12/2012 a 31/05/2014. Data de Assinatura: 29/04/2014. Assina: Pelo MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MIN. DO TRABALHO / SILVANI ALVES PEREIRA- SECRETARIO DE POLITICAS PUBLICAS DE EMPREGO/SUBST.

(SICONV(PORTAL) - 12/05/2014)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00004/2014 ao Convênio Nº 781298/2012. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Unidade Gestora: 380908, Gestão: 00001. Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. CNPJ nº 05.465.167/0001-41. P.I.127/2008, art. 30, VI. Valor Total: R\$ 668.000,00. Valor de Contrapartida: R\$ 68.000,00. Vigência: 28/12/2012 a 31/05/2014. Data de Assinatura: 29/04/2014. Assina: Pelo MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MIN. DO TRABALHO / SILVANI ALVES PEREIRA- SECRETARIO DE POLITICAS PUBLICAS DE EMPREGO/SUBST.

(SICONV(PORTAL) - 12/05/2014)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOS SEÇÃO DE MULTAS E RECURSOS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE NFG Nº 1, DE 8 DE MAIO DE 2014

A Chefe da Seção de Multas e Recursos da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego SRTE/AL no uso de suas atribuições legais, por delegação de competência constante da Portaria nº. 92-DOU 08/01/2013, e tendo em vista a impossibilidade da notificação via postal em consequência da notificação via postal, resolve com fulcro no disposto no artigo 9º, parágrafo 6º, da Portaria MTB nº. 148, com redação dada pela Portaria MTB nº. 241/98 e, em consequência de devoluções motivadas por recusa, mudança de endereço, ausência, endereço insuficiente, inexistência de número, desconhecimento e não ter sido procurado, vem Notificar as empresas abaixo relacionadas, para que num prazo de 10(diez) dias consecutivos, a contar do décimo dia da publicação deste edital: 1. Recolha os valores dos débitos do FGTS devidos nos termos do art. 22 da Lei 8.036/90, de 11 de maio de 1990 e art. 2º, da Lei Complementar nº. 110, de 29 de junho de 2001 sob pena de cobrança judicial. O depósito deverá ser efetuado mediante Guia de Recolhimento ao FGTS e Informações a Previdência Social e Relatório de Empregados, obedecidas às instruções baixadas pela Caixa Econômica Federal, encaminhado uma via da GFIP quitada à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Alagoas, sito na Rua do Livramento, nº.91 - Centro, Maceió/AL, no Nícleo de Multas e Recursos - NE-MUR, 3º andar, sala 07, no horário de 07:30 às 17:00 horas, ou; 2. Apresente recurso nos termos do art. 33, da Portaria Ministerial acima mencionada. O descumprimento das condições acima importará no encaminhamento do Processo à Caixa Econômica Federal que o preparará para inscrição em Dívida Ativa da União, competência esta da Procuradoria da Fazenda Nacional.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.